



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0005124-56.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
Requerente: **LUCIANE MARY NINI ME**  
Requerido: **Drillmine Exportadora e Importadora Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a parte autora alegou ter efetuado a venda de várias peças industriais à ré, mas não recebeu a contraprestação ajustada.

Alegou ainda que os débitos foram parcelados mas mesmo assim não recebeu os valores combinados.

É indubitoso que a ré se encontra em recuperação judicial por determinação exarada pelo Juízo da 3ª Vara Cível do Foro de São Carlos - Processo nº 1006625-28.2016.8.26.0566.

Entretanto, isso não impede a sequência do processo até a constituição do título judicial apto à oportuna habilitação do crédito então consolidado em via própria, presente, pois, o interesse de agir.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Nesse sentido os Enunciados 51 do FONAJE e 22 do FOJESP, *verbis*:

"Enunciado 51 - Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria" (nova redação - XXI Encontro - Vitória/ES).

"Enunciado 22 - Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando-se à parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria."

Viável, pois, a continuidade do processo, entendo que prospera a pretensão deduzida.

A parte autora como visto efetuou a venda de mercadorias para à ré a qual em nenhum momento refutou tal assertiva ou sequer impugnou os valores cobrados.

Diante desse contexto, e à míngua de maiores justificativas por parte do réu, reputo que é de rigor o acolhimento da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à parte autora a quantia de R\$ 10.057,00, acrescida de correção monetária, a partir da propositura da ação e juros de mora a partir da citação.

Transitada em julgado, caberá à parte autora proceder à habilitação do crédito em via própria ou, se assim postular, poderá ser oficiado diretamente por este Juízo para que tal finalidade seja implementada.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 26 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**